



**FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

DEFICIÊNCIA: o processo de inclusão através dos esportes adaptados

**Evelyn Rodrigues Silva
Wellington Alves de Oliveira Junior**

Orientador: Prof. Me. Edson Vicente de Oliveira

Trindade - GO

2017

**FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

DEFICIÊNCIA: o processo de inclusão através dos esportes adaptados

**Evelyn Rodrigues Silva
Wellington Alves de Oliveira Junior**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade União de
Goyazes como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Educação Física.**

Orientador: Prof. Me. Edson Vicente de Oliveira

**Trindade - GO
2017
Evelyn Rodrigues Silva
Wellington Alves de Oliveira Junior**

DEFICIÊNCIA: o processo de inclusão através dos esportes adaptados

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade União de
Goyazes como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Educação Física, aprovada pela
seguinte banca examinadora:

Prof. Me. Edson Vicente de Oliveira
Profº. Orientador Faculdade de Goyazes

Prof. Esp. Cátia Rodrigues dos Santos
Profª. Interna da Faculdade de Goyazes

Prof. Esp. Franciele Santos Pinto Ribeiro
Profª. Externa da Faculdade de Goyazes

Trindade - GO

2017

À minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim. Mãe, seu cuidado e dedicação foi que deram, em alguns momentos, a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinho nessa caminhada.

EDUCAÇÃO FÍSICA E OS ESPORTES ADAPTADOS

Evelyn Rodrigues Silva¹
Wellington Alves de Oliveira Junior¹
Edson Vicente de Oliveira²

RESUMO

O objetivo geral deste estudo foi realizar uma revisão de literatura sobre os principais aspectos relacionados a inclusão dos alunos com deficiências em atividades físicas. No decorrer da pesquisa foi constatado que as atividades físicas para pessoa com deficiência devem ser adaptadas a cada tipo de deficiência e que a realização de atividades físicas, esportivas e de lazer precisam respeitar todas as normas de segurança, e o profissional de Educação Física deve estar apto a auxiliar o deficiente sempre que for preciso e estimular o desenvolvimento de suas potencialidades. Sendo assim, conclui-se que o esporte é o ponto de partida para a inclusão do deficiente e para seu desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, motoras e principalmente de sua autonomia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Esportes; Inclusão.

PHYSICAL EDUCATION AND SPORTS ADAPTED

ABSTRACT

The overall objective of this study was to conduct a literature review on the main aspects related to inclusion of students with disabilities in physical activity. In the course of research was contacted that physical activities for disabled person must be adapted to each type of disability and that physical activities, sports and leisure need to comply with all security standards, and the physical education professional must be able to assist the handicapped as required and stimulate the development of their potential. Therefore, it is concluded that the sport is the starting point for the inclusion of people with disabilities and for your development of their motor and cognitive skills, especially your autonomy.

KEYWORDS: Physical Education; Sports; Inclusion.

¹ Acadêmicos do Curso de bacharel em Educação Física da Faculdade União de Goyazes

² Orientador: Prof.Me Edson Vicente de Oliveira, Faculdade União de Goyazes

INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto nº 3298/99 (BRASIL, 1999), deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (1996) deficiência é o substantivo atribuído a toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Refere-se, portanto, à biologia do ser humano.

A expressão “pessoa com deficiência” pode ser atribuída a pessoas portadoras de qualquer tipo(s) de deficiência. Porém, em termos legais, esta mesma expressão é aplicada de um modo mais restrito e refere-se a pessoas que se encontram sob o amparo de determinada legislação (OMS, 1996).

De acordo com Diniz (2007), nos anos 60 Paul Hunt, um sociólogo, deficiente, precursor do modelo social da deficiência no Reino Unido já alertava o quanto as pessoas com deficiência severas estavam à margem da sociedade.

A partir desse manifesto surge a primeira constituição política, a Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (Upias) que tinha como objetivo evitar a exclusão social do deficiente. A partir disso, a necessidade especial começou a ser entendida como uma forma de opressão social, já que até então era tratada apenas como um enfoque médico no qual era considerada uma consequência natural de uma lesão do corpo (DINIZ; 2007).

No processo de inclusão social, as pessoas com alguma necessidade especial não podem ser encaradas como pessoas incapazes, pois na realidade são como qualquer outra, tendo limites e possibilidades. Conforme Cintra (2003), não se trata querer se convencer que todas as pessoas são socialmente iguais, pois as nossas relações sociais foram construídas em mecanismos que nos diferenciam. Assim vivemos em uma sociedade em que nosso corpo individual tem íntima ligação com o “corpo social”, que se expressa através da realidade sociocultural. (CINTRA; JOÃO, 2003).

Melo (2002) diz que, a inclusão de portadores de necessidades especiais na educação física começou a ser trabalhada no final dos anos 50.

Era denominada ginástica médica e sua finalidade era a prevenção de doenças, utilizando-se de exercícios corretivos.

O esporte adaptado caracteriza-se como uma grande oportunidade para que o indivíduo com necessidades especiais possa desenvolver uma atividade física, deixando de lado o sedentarismo e o isolamento social (RODRIGUES, 2003).

O esporte é um veículo para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Nos aspectos físicos e motores, o esporte melhora a condição cardiovascular dos praticantes, aprimora a força, a agilidade, a coordenação motora e o equilíbrio. No aspecto social, o esporte proporciona a oportunidade de sociabilização com pessoas portadoras e não portadoras de deficiências, torna o indivíduo mais independente para a realização de suas atividades diárias e faz com que a sociedade conheça melhor as potencialidades dessas pessoas especiais. No aspecto psicológico, o esporte melhora a autoconfiança e a autoestima das pessoas portadoras de deficiência, tornando-as mais otimistas e seguras para alcançarem seus objetivos (SILVA, 2014).

Segundo Abradecar (2002) as modalidades esportivas para os portadores de deficiências físicas são baseadas na classificação funcional e atualmente apresentam uma grande variedade de opções. As modalidades olímpicas são o arco e flecha, atletismo, basquetebol, bocha, ciclismo, equitação, futebol, halterofilismo, iatismo, natação, *rugby*, tênis de campo, tênis de mesa, tiro e voleibol.

As ações dos professores em fazer com que os alunos com deficiência participem das aulas de Educação Física é importantíssimo para a realização desses esportes adaptados. Pois essa é a aula e representa o momento em que os alunos podem e têm mais contato uns com os outros, fazendo com que identifiquem e aprendam a respeitar às diferenças (BAGNARA, 2010).

O objetivo geral deste estudo foi realizar uma revisão da literatura sobre os principais aspectos relacionados à inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de educação física.

Como objetivos específicos buscou-se:

- Apresentar as adaptações da Educação Física no processo de socialização;
- Abordar formação do professor de Educação Física em adaptar os esportes e;

- Verificar o processo de inclusão nas aulas de educação física.

8

Como justificativa para a realização desse tema, pode-se dizer que se faz de grande importância que os profissionais de Educação Física tenham como conhecimento necessário sobre como atuar em situações que necessitam de cuidados específicos, como o caso dos que envolvem pessoas com necessidades educativas especiais, para assim proporcionar a inclusão dessas pessoas na sociedade de acordo com as suas limitações.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica de artigos, caracterizando-se como exploratória. Foram identificados artigos e trabalhos científicos publicados em periódicos relevantes, disponíveis para consulta em: Revista Movimento, Revista Digital, Caderno Cedes, Revista Brasileira de Educação, Revista de Educação Física/ UEM, Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Motriz: Revista de Educação Física. As palavras: inclusão, inclusão de deficientes na escola, Educação Física e inclusão, cadeirantes na Educação Física escolar, educação adaptada, foram utilizadas como fonte de pesquisa do período de 2000 a 2016 em língua portuguesa e inglesa.

Como critérios de seleção serão considerados os artigos com dados bibliográficos que abordem inclusão social para portadores de necessidades especiais, os esportes adaptados os benefícios e outras informações específicas correlacionadas ao assunto.

O método utilizado para a realização deste estudo foi primeiramente uma leitura exploratória de materiais bibliográficos como artigos relacionados com a Educação Física Inclusiva. Após a leitura exploratória foi realizada uma leitura seletiva verificando a relevância dos achados. Em seguida a leitura seletiva foi realizada uma leitura analítica que consiste em ler e analisar os materiais selecionados na leitura anterior. A finalização foi realizada por meio da leitura interpretativa que consiste em relacionar os artigos com o tema proposto.

9

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação física adaptada

De acordo com Fonte Boa (2011) pode se constatar que a necessidade especial é relativa. Relatividade está que se apresenta a partir de um nível sociocultural como também a nível físico. Para tanto é preciso rediscutir todo o processo de reabilitação na qual está incluída a parte física, psíquica e a parte social. É preciso que os centros de reabilitação se esforcem para tratar os deficientes, sempre constando em sua equipe profissionais médicos, neurologista, pediatra, urologista em conjunto com os profissionais clínicos, fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo e enfermeiros.

A Educação Física Adaptada "é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais".

A Educação Física Adaptada para os deficientes não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo especial. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educando (BAGNARA, 2010).

Desse modo, Melo (2002) comprova em seu trabalho que a prática de atividade física e/ou esportiva por portadores de algum tipo de necessidade especial, sendo esta visual, auditiva, mental ou física, pode proporcionar dentre os benefícios da prática regular de atividade física, a oportunidade de testar seus limites e potencialidades e promover a integração social do indivíduo. Sendo assim, escolha de uma modalidade esportiva pode depender, em grande parte, das oportunidades que são oferecidas aos deficientes, da sua condição socioeconômica, das suas limitações e potencialidades, das suas preferências esportivas, facilidade nos meios de locomoção e transporte, de materiais e locais adequados, do estímulo familiar, de profissionais preparados para atendê-los.

Na sequência, apresentaremos algumas modalidades de esportes adaptados que auxiliam a Educação Física na inclusão sócias dos deficientes.

Esportes adaptados

Fonte Boa (2011), relata que, embora seja uma modalidade recente, o esporte adaptado surgiu na primeira década do século XX, há quase 100 anos. As primeiras atividades competitivas eram voltadas a jovens portadores de necessidade especial auditiva, que participavam de modalidades coletivas. Alguns anos depois, foram adaptadas atividades para jovens portadores de necessidades especial visual, especialmente a natação e o atletismo. Para portadores de necessidades especiais físicas, o esporte foi adaptado ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando soldados voltaram para os seus países com mutilações e outra insuficiência. Já no Brasil, a prática surgiu por volta de 1960.

Rodrigues (2003) destaca que a Educação Física pode colaborar no processo da alfabetização de várias maneiras, uma delas é através dos jogos. O jogo pode ser usado como instrumento para o desenvolvimento do processo de alfabetização da criança, influenciando-a de forma positiva. A criança pode ter maior facilidade de aprendizado se a atividade for proporcionada de forma lúdica.

Assim, Justo (2013), descreve que os esportes ou atividades físicas para os deficientes físicos devem observar o princípio de adaptação dos esportes mantendo os mesmos objetivos e vantagens da atividade e dos esportes convencionais.

Por conseguinte, Ruth (1999) incorpora citando que os jogos organizados sobre cadeira de rodas foram conhecidos após a Segunda Guerra Mundial, onde esta tragédia fez com que muitos dos soldados que combateram nas frentes de batalha voltassem aos seus países com sequelas permanentes.

Souza (1994) reforça que, foi após a Segunda Guerra Mundial que a prática desportiva teve maior incremento no contexto da prevenção e reabilitação. A partir daí, o esporte para deficientes físicos não parou de crescer e, desde 1960, foram realizados os primeiros Jogos Paraolímpicos (paralelo aos Jogos Olímpicos), o qual vem se tornando cada vez mais popular.

Segundo o Comitê Paraolímpico Brasileiro (2010) as modalidades esportivas para os portadores de deficiências físicas são baseadas na classificação funcional para todas as modalidades e os atletas são classificados em cada modalidade de acordo com seu comprometimento físico

Para cada tipo de deficiência, existem modalidades possíveis, como é o caso de deficiente visual, que podem praticar futebol, goalball ou judô. As necessidades especiais aceitas nos esportes paraolímpicos vão desde paralisia cerebral, amputação de algum membro do corpo até a cegueira completa. A única exceção é para deficientes auditivos, que participam de atividades esportivas convencionais. A única modalidade em que os atletas são categorizados por peso corporal é no halterofilismo convencional (COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO, 2010).

O sucesso da aplicabilidade de cada uma dessas modalidades anteriormente citadas implica bastante na preparação e formação do professor de Educação Física.

Futebol

O futebol paralímpico consiste na adaptação do futebol regular para atletas com deficiências Visual. Estes desportos são jogados, normalmente, usando regras da FIFA, com modificações quanto ao terreno de jogo, equipamento, número de jogadores, e outras regras necessárias para tornar o jogo adequado aos atletas (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016).

As duas principais versões do futebol Paralímpico são o Futebol de cinco, para atletas com deficiências visuais, e o Futebol de sete, para atletas com paralisia cerebral.

Futebol de cinco

O futebol para deficientes visuais, também conhecido como futsal e futebol para cinco, é uma adaptação do futebol para atletas com deficiências visuais, incluindo os cegos. O desporto, governado pela Federação Internacional dos Desportos para Cegos (IBSA), é jogado com regras da FIFA modificadas. O campo de jogo é menor e rodeado de placas. Cada equipe tem cinco jogadores, incluindo o guarda-redes. As equipes podem ainda ter um guia, que está posicionado fora do campo de jogo, para assistir os jogadores

dirigindo-os. A bola está equipada com um dispositivo que faz barulho para os

12

jogadores poderem localizá-la pelo som. Os jogos têm duas partes de 25 minutos cada, com um intervalo de 10 minutos (CBDV, 2014). De acordo com a Urece Esporte e Cultura (2017) os jogadores de Futebol de cinco têm uma de três classes, de acordo com o seu nível de deficiência visual:

- **B1** - Atletas totais ou quase totalmente cegos; desde a não percepção da luz até à percepção da luz mas com a impossibilidade de reconhecer a forma de uma mão.
- **B2** - Atletas com visão parcial; conseguem reconhecer a forma de uma mão com uma acuidade visual de 2/60 ou um campo visual de menos de 5 graus.
- **B3** - Atletas com visão parcial; acuidade visual de 2/60 até 6/60 ou campos visuais de 5 a 20 graus.

As equipas podem usar atletas com visão como Goleiros/ Guarda Redes e Guias; os Goleiros/ Guarda-Redes com visão não podem ter estado registrados na FIFA por, no máximo, cinco anos.

Existem dois tipos de competição. Para jogos da Classe B1, apenas atletas da classe B1 são permitidos, com exceção para os guarda-redes e para os guias, que podem ser das classes B2, B3 ou que vejam. Para jogos das Classes B2/B3, as equipas podem alinhar com jogadores das classes B2 e B3; pelo menos dois jogadores da classe B2 devem estar em campo ao mesmo tempo (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016).

O Futebol de cinco na Europa desenvolveu-se na Espanha. O primeiro campeonato nacional espanhol teve lugar em solo espanhol, em 1986. Na América do Sul, há registros de um Torneio brasileiro organizado em 1980. Os Campeonatos Americano e Europeu começaram em 1997, seguidos pelo primeiro Campeonato do Mundo, em 1998. O desporto foi adicionado aos Jogos Paralímpicos de Verão em 2009 (CBDV, 2014).

Futebol de sete

O Futebol de sete é uma adaptação do futebol para atletas com paralisia cerebral e outros distúrbios neurológicos, incluindo AVC e lesões traumáticas no cérebro. O desporto é dirigido pela Associação Desportiva e Recreativa

FIFA modificadas. Entre as modificações, há o campo de jogo reduzido, o menor número de jogadores, a eliminação da regra do fora-de-jogo, e os lançamentos laterais com uma só mão são permitidos. Os jogos têm duas partes de trinta minutos, com um intervalo de quinze minutos.

Os jogadores que competem no Futebol de 7 deverão estar encaixados numa classe consoante o seu nível de deficiência. As classes elegíveis são: •

C9: Atletas com dificuldades ao andar e ao correr, mas não quando sentados ou ao pontapear a bola.

• **C6:** Atletas com problemas de controle e coordenação nos seus membros superiores, especialmente quando correm.

• **C7:** Atletas com hemiplegia.

• **C8:** Atletas com deficiências mínimas; devem preencher os critérios de elegibilidade e ter um impedimento óbvio que tenha impacto na prática de futebol.

De acordo com a Urece Esporte e Cultura (2017) as equipes devem ter apenas um jogador da classe C5 ou C6 em campo todas as vezes. Não são permitidos mais de dois jogadores de classe C8 a jogar ao mesmo tempo.

As competições internacionais de Futebol de sete começaram com os Jogos Internacionais CP-ISRA de 1978, em Edimburgo, Escócia. O desporto foi adicionado aos Jogos Paraolímpicos de Verão na edição de 1984, em Nova Iorque, EUA, e tem sido sempre jogado nos Jogos de Verão desde aí (CBDV, 2014).



Figura 01 – Seleção brasileira nos Jogos Paralímpicos.

Fonte: CBDV, 2014.

Goalball

De acordo com a Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais – CBDV (2014), esse esporte foi desenvolvido especificamente para deficientes visuais, o goalball é o único esporte paralímpico não adaptado. Foi criado em 1946, pelo austríaco Hanz Lorezen e o alemão Sepp Reindle, que tinham como objetivo reabilitar e socializar os veteranos da Segunda Guerra Mundial que ficaram cegos.

Durante os Jogos de Toronto (1976), a modalidade foi apresentada como um esporte de alto rendimento. Um salto de grande importância, que rendeu a oportunidade de entrar de vez na grade de programação paralímpica nos Jogos de Arnhem (1980) com a categoria masculina. A disputa feminina entrou quatro anos depois na edição de Nova York (1984). Dois anos antes, em 1982, a modalidade passou a ser gerenciada pela Federação Internacional de Esportes para Cegos (CBDV, 2014).

Em 1985, o professor Steven Dubner, do CADEVI, entidade de

Brasil. Entusiasmado, o professor Mário Sérgio Fontes levou para a ADEVIPAR, do Paraná. No mesmo ano realizaram o primeiro jogo entre duas associações. Dois anos depois, em Uberlândia, Minas Gerais, aconteceu o primeiro campeonato brasileiro, sob a supervisão do professor Mário Sérgio, presidente da antiga ABDC (Associação Brasileira de Desportos para Cegos). Desde 2010, a modalidade é administrada pela CBDV (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016).

Uma partida de Goalball acontece entre em duas equipes com três atletas cada com o objetivo de fazer gols. Durante o jogo os atletas têm a função de arremessar e defender. A bola arremessada deve tocar em determinadas áreas da quadra para que o lance seja considerado válido. O esporte é praticado em uma quadra com as mesmas dimensões da quadra de vôlei (9m de largura e 18m de comprimento). De cada lado da quadra tem uma baliza de 9m de largura e 1,3m de altura (Figura 2). A linha do gol e algumas outras importantes para a orientação dos jogadores são marcadas por um barbante preso com fita adesiva, permitindo que os atletas possam senti-las (CBDV, 2014).



Figura 02 – Regras da partida de Goalball.

Fonte: CBDV, 2014.

A bola usada para a prática do esporte é parecida com a de basquete. Ela pesa 1,250kg e possui guizos em seu interior para que os jogadores

saibam a sua direção. O Goalball é um esporte baseado na percepção tátil e, principalmente auditiva, por isso não pode haver barulho enquanto a bola está em jogo. É permitida a participação de todo atleta B1, B2 e B3. E todos jogam vendados para ficarem em igualdade durante a partida (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016).

Judô

Em 1882 surgiu o Judô Para Todos, através do seu fundador Jigoro Kano, que visou o acesso de todas as pessoas independentes do seu credo, raça, estado civil e social. Esse esporte ganhou força e maior divulgação quando foi incluído nos Jogos Olímpicos de Tóquio em 1964, mas a notoriedade de “Esporte para Todos”, fundamentalmente, não relevando a condição física ou sensorial do indivíduo foi alcançada apenas na década de 1990, 20 anos mais tarde dos primeiros registros do Judô aplicado às pessoas com deficiência. No ano 2000, com a explosão econômica dos Jogos Paraolímpicos, o Judô para cegos ganhou mais espaço na mídia (LOUREIRO, 2009).

A ideia do desenvolvimento das potencialidades, ao invés do foco das limitações da pessoa com deficiência foi alcançada apenas após os Jogos Paraolímpicos de 2004. É importante salientar que o Judô para Cegos foi incluído como modalidade Paraolímpica na edição dos Jogos em Seul em 1988, substituindo a Luta - Livre que esteve nos jogos pela última vez em 1984. A título de curiosidade muitos atletas migraram da modalidade anterior para o Judô e continuam competindo até os dias de hoje (VALENGA, 2014).

Segundo Loureiro (2009) o Judô, adaptado para deficientes físicos, mentais e sensoriais (auditivos e visuais) teve início na década de 1970. Em partir de 1988 esta modalidade passa a ser contemplada nos Jogos Paraolímpicos. Só em 2003, o Judô foi incluído nas Olimpíadas Especiais como modalidade de apresentação e as pessoas com Síndrome de Down puderam competir pela primeira vez. Os avanços foram necessários para que a modalidade evoluísse, as categorias de pesos foram criadas, as regras adaptadas e a cor dos quimonos foram alteradas – hoje temos um dos lutadores trajando azul e o outro continua de branco (a faixa diacrítica de cor

vermelha colocada na cintura por um dos atletas deixa de existir). As cores servem para diferenciar os lutadores.

Formação dos Professores de Educação Física

A formação do professor de Educação Física para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais remete a um longo caminho de leituras e investigações. Subentende-se que muitas coisas devem ser alteradas para que essa formação se torne adequada à realidade dos docentes, uma vez que os professores se sentem despreparados para lecionar para esse público, principalmente no que se refere à inclusão, havendo alunos com necessidades especiais matriculados no ensino regular e realizando atividades juntamente com os demais alunos. Os professores sentem dificuldades para adaptar suas aulas justamente pela falta de preparo, experiências e vivências nessa área (JUSTO; BEHM, 2013).

Segundo Mantoan (2005, p. 31), “[...] o professor não tem que aprender como ensinar para alunos deficientes. Ele tem de se preparar para atender a todas as crianças”.

A formação de um profissional de educação física tem um papel fundamental para a sua atuação com o desenvolvimento do processo de aprendizagem de seus alunos. Pode-se dizer que à formação profissional primeiramente "cabe a universidade, que tem como função criar recursos humanos para o desenvolvimento das atividades profissionais". Sabe-se que a aquisição de um conhecimento na educação física tem que ser um conhecimento científico e prático que deve se basear nas três dimensões, atitudinal, conceitual e procedimental, o que auxiliará na formação de um profissional reflexivo. "O professor reflexivo é aquele que é capaz de analisar as suas próprias práticas, de resolver problemas, de inventar estratégias, apoiando-se em na contribuição dos praticantes e dos pesquisadores (MANTOAN, 2005).

Cidade e Freitas (2010), destacam que é importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de necessidade especial, idade em que apareceu a necessidade, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Implica, também, que esse educador conheça os diferentes

aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional.

No caso da deficiência física/motora a Disreflexia Autônômica: A disreflexia ou hiperreflexia autônômica pode ocorrer em um aluno que tenha lesão medular alta (T4 -6 ou acima). As causas mais comuns da Disreflexia são: problemas urinários, especialmente bexiga cheia demais, infeccionada ou com pedras; dilatação do intestino causada por prisão de ventre; escaras ou áreas sob pressão exagerada, e até mesmo a irritação causada por deitar-se sobre um objeto pequeno sem perceber; queimaduras e espasmos uterinos, principalmente antes e nos primeiros dias da menstruação ou durante o parto. Como medida preventiva em suas aulas o professor que tiver um aluno com lesão medular, usuário de cadeira de rodas, deve pedir que o aluno faça o esvaziamento da bexiga e intestino antes da aula de Educação Física. Observar os locais de maior contato com a cadeira de rodas (glúteos e as costas) para ver se não há a formação de escaras. E ainda observar que as aulas de Educação Física não sejam na hora mais quente do dia, para que não haja complicações do tipo: febre e insolação (JUSTO; BEHM, 2013, p. 42).

No caso do deficiente mental os professores de Educação Física precisam saber que os portadores de Síndrome de Down apresentam problemas associados, dos quais destacamos: cardiopatia - 50%; problemas respiratórios - 40%; hipotonia generalizada - quase 100%; variação térmica - 100%; obesidade - acima de 50%; problemas de linguagem - quase 100%; retardo mental - 100%; instabilidade atlantoaxial - 12 a 20%; problemas de visão - 60%; problemas de audição - 50%; má formação da tireóide - 4%; problemas odontológicos - quase 100%; hérnia umbilical - quase 50%; distúrbios digestivos - 12%; leucemia - 10%; hepatite (A ou B) - 70%.

Aos alunos com Síndrome de Down recomenda-se a investigação com Raio X lateral da coluna cervical em posição neutra, flexão e extensão dentro da máxima amplitude de movimento possível, antes de entrar na prática da atividade motora. Algumas das atividades de risco para esta parcela de portadores da Síndrome de Down são: ginástica olímpica, salto em altura, nado golfinho, mergulho, alguns exercícios de aquecimento que causem o stress da região cervical e esportes de contato direto. Estas recomendações só são válidas para os acometidos de instabilidade atlantoaxial (FONTE BOA, 2011, p. 23).

No caso de deficiente visual o professor de Educação Física deve-se assegurar que o aluno especial está familiarizado com o espaço físico,

20

percursos, inclinações do terreno e diferenças de piso, estas informações são úteis pois previnem acidentes, lesões e quedas. É importante que toda a instrução seja verbalizada, dando possibilidade para o que o aluno portador de necessidade visual entenda a atividade proposta. Cuidados especiais com os alunos de visão subnormal, com patologia de deslocamento de retina, não deverão fazer atividade física onde haja possibilidade de traumatismo na cabeça (RODRIGUES, 2003).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando falamos em educação inclusiva e educação física inclusiva adaptações curriculares passam a compor a construção dos programas curriculares. As adaptações, conforme Glat (2009) visam, dentre outros aspectos, provocar modificações no planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo, ou em aspectos dele, para acomodar os alunos com necessidades especiais.

Rodrigues (2000) pensa que as constatações sobre a efetiva contribuição da Educação Física para a inclusão de alunos deficientes são mais preocupantes. Em relação às atitudes mais ou menos positivas dos professores de Educação Física em face à inclusão desses alunos, o autor afirma que não encontrou a homogeneidade presente nas aparências, verificando que as atitudes mais ou menos positivas não podem ser relacionadas com a disciplina Educação Física, mas sim com diversos tipos de variáveis que é necessário levar em conta.

A compreensão do que vem a ser inclusão escolar de alunos com deficiência, bem como o uso do esporte adaptado como conteúdo curricular, junto aos autores citados neste estudo, apresenta restrições. Para Ferreira e Ferreira (2007) as escolas não sabem bem como ensinar seus alunos “tradicionais”. Para os autores, vivemos um momento na educação em que coexiste a incapacidade da escola para ensinar todos os seus alunos e a

presença de fato de alunos deficientes, que são estranhos para ela. Tão estranhos que ela parece resistir em reconhecê-los como seus alunos, em desenvolver sua formação, em reconhecer um processo educativo relevante para eles.

21

A inclusão é determinada por Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, os alunos estão na escola, mas a inclusão precisa agora ser garantida principalmente pelos profissionais da educação e pela sociedade.

Ainda relacionado ao esporte e atividades físicas Vale (2009), comprova em seus estudo que além de estimular a autonomia e a independência, e prevenir doenças secundárias, os esportes resultam nos seguintes benefícios psicomotores: desenvolve força muscular, velocidade, flexibilidade, agilidade, capacidade, cardiorrespiratório.

A motivação do aluno está diretamente ligada com a criatividade do professor em diversificar a aula com esportes e exercícios diferentes. De acordo com Oliveira (1999), uma boa dose de criatividade, tornará as aulas de Educação Física motivadoras e com resultados muito positivos. Silva (2014) coloca como um dos fatores de sucesso das aulas com alunos deficientes a criatividade para tornar as aulas o mais agradável para o aluno. A criatividade do professor na diversificação das atividades aparece como fator de motivação na maioria dos estudos levantados.

Valenga (2014) em seu artigo conclui que em relação à Educação Física são muitas as dificuldades que o professor encontra ao trabalhar com os alunos com deficiência mental, uma vez que a falta de estrutura, falta de materiais, formas de avaliação diversificadas, pois cada caso é um caso. Porém, por outro lado o autor ressalta que se torna atraente, pois ao ver os alunos com DM participando ativamente das atividades e sempre buscando a sua superação, é algo que extrapola os limites do corpo e entra na esfera espiritual, o que é gratificante.

Os autores Mahl, Bruniera e Costa (2013) concluíram em seu estudo que o esporte adaptado, apesar dos benefícios dos aspectos de ordem física e psicológica não contribui para uma inclusão social ampla por parte dos atletas. De acordo com os autores a inclusão social só acontece no mundo esportivo adaptado e, seu principal benefício é a ampliação da rede social de amizades, todavia, esta só ocorre nas próprias modalidades esportivas, proporcionando a inclusão apenas neste meio.

Fonte Boa (2011) em seu estudo entrevistou alunos/esportistas com deficiências física e intelectual. Em sua pesquisa muitos disseram ter dificuldades de comunicação e de se relacionarem com outras pessoas, relataram a importância em praticar o esporte adaptado, como melhoria na vida pessoal, social e como desenvolvimento da interação em grupos.

22

Ribeiro (2009) em seu artigo aponta que a presença de alunos com deficiência nas aulas de educação física gera situações nas quais, dependendo do grau de comprometimento que eles viessem a apresentar, o professor não se encontra em condições aptas de atendê-los. Entretanto o autor observa que, nos últimos anos, avanços ocorreram em direção a uma educação física inclusiva, porém no que se refere ao esporte como conteúdo escolar, o autor que há a necessidade de oferecer práticas que favoreçam experiências capazes de ampliar o repertório motor desses alunos.

CONCLUSÃO

Ao final da pesquisa, observou-se que no esporte adaptado para deficientes o conteúdo não é diferente, mas sim adaptado para cada tipo de deficiência. O esporte adaptado para deficientes não se diferencia do esporte propriamente dito em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficientes.

A realização de atividades físicas, esportivas e de lazer com deficientes, tem que respeitar todas as normas de segurança, evitando acidentes, além disso os professores devem-se atentar a todos os tipos de movimentos a serem realizados, auxiliando o deficiente sempre que necessário, e estimulando sempre o desenvolvimento da sua potencialidade.

Os deficientes necessitam de espaço físico adaptado e específico para os treinamentos, além de professores capacitados na área, que deve ter conhecimento tanto no esporte como, de preferência, também na deficiência do atleta.

A escolha de uma modalidade esportiva pode depender em grande parte das oportunidades que são oferecidas aos deficientes, da sua condição socioeconômica, das suas limitações e potencialidades, da suas preferências

esportivas, facilidade nos meios de locomoção e transporte, de materiais e locais adequados, do estímulo e respaldo familiar, de profissionais preparados para atendê-los, dentre outros fatores.

Existe um problema grave na Educação/Educação Física, no processo de inclusão, pode estar formando crianças para reproduzirem atitudes de separação de crianças deficientes, tornando natural a não participação deles

23

nas atividades sociais, mantendo, por dentro do processo de inclusão, a exclusão. Ou seja, não contribuindo para transformar o quadro de segregação e discriminação existente antes do movimento de inclusão.

É injusto deixar as crianças deficientes sem acesso aos instrumentos e estratégias de que necessitam e sem profissionais que as respeitem e que se comprometam com seu processo educacional, que deem apoio e orientação aos familiares sem condições de infraestrutura mínimas para o atendimento com qualidade.

Por fim, conclui-se que as crianças especiais devem ser acolhidas, visto que essa é o ponto de partida para o desenvolvimento do ser humano em sociedade. O esporte adaptado é essencial para o processo educacional e, através de métodos eficazes e adaptados, é possível o desenvolvimento de capacidades cognitivas, sociais e motoras dos alunos deficientes, estimulando sua autonomia e sua inclusão.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de, **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. 13. ed. Brasília: Editora Livro, 2005.

ABRADECAR. **Organização do desporto**. Brasília –DF, 2002. Disponível em <<http://www.abradecar.gov.br>>. Acesso em: 17/10/16.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília – DF, 1999.
CIDADE, R. C.; FREITAS, P. S. Educação Física e Inclusão: Considerações para a pratica pedagógica na escola. MEC, **Revista integração**, 2010.

CINTRA, R.; JOÃO, B. **O Que São Pessoas Deficientes**. 6ªEd. São Paulo Brasiliense, 2003.

COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO - CPB. **Termos e Definições**. Disponível em:<<http://www.sobama.org>>. Acesso em: 26/10/16.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS DE DEFICIENTES VISUAIS – CBDV. Goalball. Rio de Janeiro – RJ, 2014. Disponível em: <<http://cbd.v.org.br/pagina/goalball>>.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. 1ºEd. São Paulo Brasiliense, 2007.

FERREIRA, J. R.; FERREIRA, M. C. C. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. *In*: GOÊS, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman (Org.). **Políticas públicas de educação inclusiva**. 2. ed. Campinas, SP, 2007.

24

FONTE BOA, D. **Educação física adaptada e o processo de inclusão social**. Monografia apresentada ao curso de Educação Física da Universidade Católica de Brasília, Brasília – DF, 2011.

JUSTO, J. L.; BEHM, A. M. A inclusão social nas aulas de educação física em oito escolas da rede pública do município de canoas no bairro Mathias Velho. **Revista Cippus** – Unilassale, v.2, n.1, mai. 2013.

LOUREIRO, R. T. A. “Judô para todos” como ferramenta social para inclusão educacional de pessoas com necessidades especiais “o caso do Colégio Agrícola Nilo Peçanha”. Dissertação (Especialização em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Cuiabá – MT, 2009.

MAHL, E.; BRINIERA, C.; COSTA, L. Contribuições do esporte adaptado para a inclusão de atletas com deficiência física e visual à sociedade. **Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial**. São Paulo-SP, 2013.

MELO, A. C. R. O Esporte Adaptado. **Buenos Aires Revista Digital**, Educação Física e Deportes, nº 51, 2002.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Goalball**. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/paraolimpiadas/modalidades/goalball>>. Acesso em: 01 de maio de 2017.

Organização Mundial da Saúde. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**: CID-10 Décima revisão. Trad. do Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. 3 ed. São Paulo: EDUSP; 1996.

RIBEIRO, S. M. **O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de educação física**. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba – SP, 2009.

RODRIGUES, D. A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. *In*: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, Lisboa. **Comunicação...** Lisboa: FMH, 2000.

_____. Educação Física Perante a Educação Inclusiva: Reflexões

Conceptuais e metodológicas. **Revista da Educação Física/UEM** v. 14, n. 1, p. 67-73, Maringá, set. 2003.

SILVA, M. L. **Os significados do atendimento do *personal trainer*: um estudo com alunos de treinadores personalizados na cidade de cachoeirinha/RS**. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do rio grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2014.

URECE ESPORTE E CULTURA. **História do futebol para cegos**. 2017. Disponível em:< <http://urece.org.br/site/esportes/futebol-para-cegos/historia-do-futebol-para-cegos>>. Acesso em: 29 de abril de 2017.

25

VALE R. L. O. D. **Basquetebol em cadeira de rodas: um olhar sobre a acessibilidade**. Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso. Departamento de pesquisa e pós-graduação. Cuiabá – MT. 2009. Acesso em 3 de fev. 2013

VALENGA, V. D. **A importância da educação física para os portadores de deficiência intelectual**. Dissertação (Pós Graduação em Educação) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira – PR, 2014.